



**Manifesto | 8 de março 2024**

**Pela vida das mulheres  
do campo, das águas, das  
cidades, das florestas:**

**Pelo direito de existir  
e decidir com dignidade  
e sem violências**



## Manifesto | 8 de março 2024

Nós, mulheres, em toda a nossa diversidade, somos o maior grupo que sofre violências cotidianas no Brasil. Ao mesmo tempo, apesar das graves estatísticas e bárbaros feminicídios, ainda estamos muito distantes de conseguirmos políticas públicas de segurança, assistência e prevenção às violências. **Queremos investimentos em políticas públicas, cumprimento das legislações, acolhimento e atendimento de qualidade para todas as mulheres!**

Segundo o último Censo do Instituto Jones dos Santos Neves “Panorama MulherES”, o Espírito Santo ficou em 15º lugar com a maior população feminina (1.963.649) do Brasil. Em 2022, a população feminina capixaba cresceu mais do que a dos homens. A população feminina capixaba, majoritariamente, é composta por mulheres negras

(pretas ou pardas) Sendo assim, se somos maioria, por que não temos atenção do Estado com políticas públicas de qualidade?

Importante enfatizar a situação das mulheres negras, mulheres com deficiência e idosas, que tiveram destaque no último Atlas da Violência (2023). De acordo com dados nacionais do Atlas da Violência (2023), de 2011 a 2021, mais de 49 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Somente em 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil, ou seja, mais de **10 mortes por dia**.

Ainda segundo o Relatório Atlas da Violência de 2023, mulheres negras seguem sendo as maiores vítimas de homicídio no Brasil, sendo 67,4% do total de mulheres assassinadas. O risco é maior em 1,8% de uma mulher negra sofrer violên-

cia letal, na comparação a uma mulher não negra.

Importante salientar que o incentivo deliberado ao armamento também agravou a situação de letalidade para as mulheres: metade dos feminicídios ocorridos entre 2012 e 2020 envolveram armas de fogo! Se não fosse o aumento da circulação de armas de fogo entre 2019 e 2021, estima-se que o Brasil teria registrado **6.379 HOMICÍDIOS A MENOS**.

Quanto à segurança pública, somos contrárias à privatização dos presídios, que, além de visar lucros nas gestões privadas, sob a lógica neoliberal da “eficiência”, impõe o barateamento da força de trabalho de detentas, dado que a legislação permite que o salário esteja abaixo do salário mínimo, ao mesmo tempo em que não oportuniza melhores condições de emprego fora da prisão. Massacra também esposas/companheiras, mães e filhas que também lotam as filas dos

presídios, sendo presas extra-muros! Defendemos ressocialização sem exploração. Não é a lógica punitivista e do superencarceramento que salvará nossas vidas!

Destacamos também a gravidade da situação de violências contra pessoas com deficiência em 2021, que registrou 12.202 casos, sendo 68% mulheres. Entre a população idosa, também cresceram os homicídios entre as mulheres, principalmente mulheres negras idosas (+ 18,9%).

As diversas violências que sofremos se expressam nos altos índices de feminicídio, violência familiar e doméstica, LGBTfobia, assédio moral e sexual, situações vivenciadas por todas as mulheres, sobretudo as





mulheres negras, periféricas, que contam com menor rede de apoio e suporte das instituições com a fragilização e desinvestimento nas políticas públicas.

Esse cenário nacional também repercute no Espírito Santo, estado que sempre figura no triste ranking de estados mais violentos do Brasil para as mulheres. Segundo dados estaduais do Observatório de Segurança Pública/Sesp, atualizados em dezembro de 2023, tivemos 84 homicídios de mulheres, sendo 34 classificados como feminicídios! Somente nos dois primeiros meses de 2024, já nos deparamos com feminicídios violentos de mulheres! Pouco tem sido feito para alterar essa triste realidade!

**07/01/24** - **Jacilene Braz Mota**, de 49 anos, morta a facadas pelo marido em Jabaraí, em Guarapari.

**16/01/24** - **Íris Rocha**, de 30 anos, foi assassinada a tiros em Alfredo Chaves, no Sul do Espírito Santo. Ela estava grávida de 8 meses de uma menina.

**05/02/24** - **Marileide de Jesus da Silva**, de 44 anos, foi encontrada morta estrangulada dentro da própria casa no bairro Santa Paula, em Cariacica, na Grande Vitória.

**26/02/24** - **Joilza Santos da Silva**, de 42 anos, foi morta a facadas pelo próprio marido, ao lado de uma igreja em Serra Sede.

As delegacias para mulheres foram conquistas dos movimentos feministas, mesmo antes de termos a Lei Maria da Penha!



Queremos cumprimento da lei, com funcionamento especializado 24h! A Lei 14.541/2023, prevê o funcionamento 24 horas por dia, incluindo domingos e feriados, para as delegacias da mulher (DEAMs) em todo o país. Denunciamos o esvaziamento das Delegacias das Mulheres, o fim dos plantões nas Delegacias da Mulher e a criação das “salas rosas”. Queremos a efetivação dos mecanismos previstos e construídos na Lei Maria da Penha para cessar as diversas violências contra as mulheres, não queremos substituição das DEAMs por salas rosas/Maria da Penha, mecanismos ineficientes de proteção a mulher.

Além da expansão das DEAMs, é preciso que sua equipe seja fixa na delegacia, e que esses profissionais (policiais, delegadas/os, escrivães, investigadoras/es, juízas/es, entre outras/os), sejam de maioria feminina e que possuam treinamentos constantes sobre a Lei Maria da Penha, a fim de

assegurar atendimentos sólidos às mulheres em situação de violência.

Queremos o cumprimento e atualização do **Pacto Estadual Pelo Enfrentamento À Violência Contra As Mulheres, que não foi assinado por todos os municípios capixabas**. Desejamos a garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha, a Ampliação e Fortalecimento da Rede de Serviços para as Mulheres em Situação de Violência, Garantia do Acesso à Justiça, garantia dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, Enfrentamento à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres e Garantia da Autonomia das Mulheres em Situação de Violência e Ampliação de seus Direitos.

Destacamos que nossa luta por justiça Reprodutiva é a luta, inclusive, pelo direito à maternidade, considerando que várias mulheres têm esse direito retirado, seja pelo genocídio da juventude negra, seja pela falta de condições de cuidar de

sua prole em virtude da ausência de políticas públicas como saúde integral, educação, alimentação, habitação e demais direitos humanos. No ES, chamamos a atenção para todas as pessoas não-brancas, notadamente as negras, indígenas e periféricas pois são as maiores vítimas de violências.

Em 2020, denunciemos o triste caso de uma menina de 10 anos no município de São Mateus, que engravidou após sucessivos abusos sexuais que teriam sido cometidos dentro de sua própria casa por um membro de sua família. Após procurar o serviço de abortamento legal do Hospital Universitário - HUCAM-UFES, o PAVIVIS, o procedimento foi negado pelos profissionais do Hospital, forçando a criança a se deslocar para o estado de Pernambuco em busca de um procedimento garantido há mais de 60

anos por lei! Infelizmente, esse não é um caso isolado. **Exigimos que os serviços de abortamento legal funcionem no Espírito Santo, garantindo os direitos das mulheres e crianças vítimas de violência!**

Conclamamos que nenhuma pessoa seja presa, punida, maltratada ou humilhada por ter feito um aborto; que haja a descriminalização total e a legalização do aborto no Brasil; por políticas de atenção integral à saúde sexual e reprodutiva; pela efetivação da educação sexual e reprodutiva, formação para igualdade de gênero e raça para adolescentes e jovens nas escolas; pela universalização da cobertura da rede de atenção básica de saúde na qual estão inscritos tanto o pré-natal quanto o planejamento reprodutivo, pelo fortalecimento da rede de apoio com o aprimoramento dos fluxos e protocolos, bem como serviços públicos regionalizados, para o abortamento legal no ES.



Destacamos ainda a violência política sofrida pelas mulheres parlamentares e que ocupam espaços de poder e decisão. Nossa solidariedade às parlamentares feministas capixabas de luta! Não esqueceremos do assassinato de Marielle Franco. Mulher, negra, lésbica, mãe, da periferia, socialista e militante incansável dos Direitos Humanos! Neste ano, completamos seis anos sem Marielle Franco e Anderson Gomes! Seguiremos na luta por justiça, memória e que mais mulheres negras, LGBTQIAP+ e periféricas ocupem esses espaços!

**Por Justiça, memória e reparação! Mais de um ano do massacre de Aracruz na Escola Primo Bitti! Não esqueceremos! Flávia, Cybele, Maria da Penha e Selena, presentes!** Queremos respostas sobre as investigações do ataque e cobrar medidas e políticas que possam atender as demandas das famílias, estudantes e profissionais da edu-

cação!

Construímos nosso 8 de março com unidade nas lutas com o conjunto de trabalhadoras do campo, das florestas, das águas e da cidade enfatizando a necessidade de enfrentar a violência política de gênero, o feminicídio e fortalecermos a luta em defesa do aborto legal, seguro e gratuito! **Pela vida das mulheres! Contra o racismo, o feminicídio, o capacitismo, a transfobia, a xenofobia, a destruição ambiental!**

**Por Uma Vida Sem Violências - Por Mim, Por Nós, Pelas Outras - Pelo Fim Do Trans Feminicídio E Lesbo-cídio.** Pelo fim das violências e por justiça! Queremos DIREITO à vida; à saúde; à dignidade; ao emprego e renda dignos; ao convívio com nossos filhos e nossas filhas! E, pelo fim, de uma vez por todas, de todas as violências, do racismo e de toda a conivência dos governos, Municipais, Estaduais, Nacional e Internacional com os diver-





so tipos de violências contra as mulheres!

Seguimos, mais um ano, defendendo políticas de emprego e renda para mulheres. Para tal efetivação, é necessário também que haja políticas sociais que retirem das mulheres a tarefa compulsória do cuidado gratuito. Dados do IBGE de 2023 mostraram que mais de 2,5 milhões de mulheres não trabalham formalmente para poder cuidar de parentes ou de tarefas domésticas. Isso significa que as políticas de saúde, educação, lazer, esporte e cultura estão em déficit com as necessidades da população, em especial de mulheres e, mais ainda, mulheres negras periféricas.

E não bastam empregos para mulheres. Defendemos empregos com dignidade, condições adequadas de trabalho e salários que correspondam às necessidades reais e concretas das

mulheres da classe trabalhadora. Segundo nota técnica do DIEESE, em janeiro de 2024, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 6.723,41, ou 4,76 vezes o mínimo de R\$ 1.412,00. **É pela vida das mulheres, por empregos dignos e aumento salarial!**

É imperativo que haja espaços formativos e informativos sobre os direitos trabalhistas para que, inclusive, essas mulheres consigam se aposentar em condições de fruir de tempo livre, sem precisar acessar empregos precários ou passar os últimos anos de suas vidas condenadas aos cuidados de familiares. **É pela vida das mulheres! Por direito à aposentadoria, fruição e alegria!**

Para existir e seguir lutando, é fundamental a defesa do meio ambiente! O capitalismo conseguiu, em grande medida, expropriar as mulheres da sua relação mais



orgânica com a natureza. Esse processo não se dá, senão, com muita violência. Maceió vive o pesadelo de ter bairros transformados em território fantasma por destruição do solo, por consequência, das moradias e comunidades, pela sanha da mineradora Braskem. O objeto principal da exploração da empresa é o sal-gema. E a maior jazida do mineral na América Latina fica no norte do Espírito Santo, em território quilombola. A anúncio de um cenário de devastação requer luta imediata. **Pela vida das mulheres! Contra a exploração de sal-gema! Pela não expropriação de quilombolas!**

As mulheres têm sido as grandes responsáveis pela reprodução da vida, seja no trabalho doméstico gratuito, seja no trabalho de reprodução remunerado: na educação, na saúde, na assistência social, na cultura.

Não é possível garantir a existência humana com fome! Por isso, políticas públicas para o enfrentamento da fome é fundamental! Isso inclui produção por pequenos produtores, diversidades alimentar e sem agrotóxicos! Ao apagar das luzes de 2023, o Senado aprovou e o presidente sancionou o PL 1459/2022, o chamado Pacote do Veneno, projeto de iniciativa do “rei da soja”, Senador Blairo Maggi, com amplo apoio da bancada ruralista, em articulação com a base do governo. Apesar de sancionada com alguns vetos, é inadmissível que o Brasil continue a permitir o envenenamento populacional em prol da lucratividade de latifundiários. **Pela vida das mulheres, comida no prato, sem agrotóxico!**

Defender a existência é defender a natureza, o socio-metabolismo entre seres sociais e seres naturais, os saberes ancestrais e a relação não predatória. A luta ambiental em um país marcado por desigualdades so-



ciais e raciais como o Brasil é por garantir a existência e autoorganização das populações do campo, das águas e das florestas, é lutar pela garantia das condições de produção e reprodução da vida de indígenas, quilombolas, ribeirinhas/os, camponesas/es e populações das cidades. **Pela vida das mulheres, contra o racismo ambiental! Contra a destruição das florestas, contra o Marco Temporal e a privatização das águas!**

Para reproduzir a vida precisamos de educação pública, gratuita, laica, inclusiva, diversa e socialmente referenciada! Queremos escolas com infraestrutura adequada, salários condizentes com a realidade social do professorado, valorização social da educação, mais professores por estudantes, aulas presenciais, revogação da Reforma do Ensino Médio, da BNCC, da BNC-Formação de Professores, fim das perseguições políticas e atos de violência da extrema direita nas escolas.

**Em âmbito estadual, lutamos para que cessem os fechamentos de escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e escolas do campo.** Queremos abertura de novas salas de EJA em todos os municípios, além da busca ativa das mulheres que não conseguiram se alfabetizar e/ou concluir o ensino fundamental. **Reivindicamos creche integral e noturna para as mães trabalhadoras no campo e nas cidades!**

Não se garante a reprodução da vida sem saúde! A saúde mental das mulheres continua negligenciada pelo estado e pelos municípios, principalmente das mulheres pobres e pretas. Cabe salientar que o sofrimento mental das mulheres, muitas vezes, está ligado com as violências e opressões do patriarcado a que são acometidas. Há também muitos relatos das mulheres que se encontram nos serviços de saúde mental da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com

história de diversas violências, inclusive a violência sexual.

O Governo do Estado e os Municípios, além de não investirem com qualidade e resolutividade nas políticas de proteção, de prevenção e de enfrentamento às violências contra as mulheres, também não ofertam os serviços de saúde pública necessários, principalmente, os de saúde mental. Aliado a esse não investimento, o Governo do Estado tem usado verba pública para financiar uma rede manicomial, com viés religioso e que tem sua origem ao caráter eleitoreiro: a Rede Abraço. Este serviço faz alianças com comunidades terapêuticas e se apropria de discursos da política de saúde mental antimanicomial, mas os serviços ofertados são paralelos a RAPS e não compõem com a Reforma Psiquiátrica. Além disso, financiar a Rede Abraço impede que a verba pública realmente vá para o cuidado em liberdade.



**Queremos uma RAPS com o financiamento público para os serviços de saúde mental para as mulheres serem acolhidas com dignidade e cuidado. Queremos o fim da Rede Abraço!** Queremos o fim das comunidades terapêuticas que são espaços de violências e de violações de direitos humanos. Queremos mulheres com suas dores sendo acolhidas nos CAPS, nas Unidades de Saúde, nos Centros de Convivência e de Cultura. Queremos mulheres livres de toda a opressão, inclusive da lógica manicomial.

**NÓS, MULHERES DO ESPÍRITO SANTO, SEGUIMOS NA LUTA ANTIFASCISTA NO BRASIL E NO MUNDO!**



Manifestamos total solidariedade a mulheres da Palestina, que, há cinco meses, sofrem um genocídio sem precedentes do governo fascista de Israel com a cumplicidade do imperialismo estadunidense e europeu.

Em âmbito latino americano, nos solidarizamos com todas as mulheres que têm sofrido em seus países ameaças e efetivação de golpes e, em especial, às hermanas da Argentina, que tem um

fascista que se denomina anarco-capitalista na presidência, que tem atacado as políticas públicas, os centros de pesquisa e as universidades, através da austeridade fiscal, por um lado, e censura e repressão, por outro.

**PELA VIDA DAS MULHERES! CONTRA O CAPITALISMO!  
CONTRA O FASCISMO! CONTRA O NEOLIBERALISMO E  
SUAS CONTRARREFORMAS QUE TRAZEM MORTE!**

## **Organização Unificada do 08 de Março de 2024 | ES**

1. Afronte!
2. Articulação de Mulheres Indígenas Tupinikim e Guarani
3. Associação de Mulheres de Cariacica Buscando Libertação (AMUCABULI)
4. Associação de Mulheres Negras e Quilombolas de São Mateus e Sapê do Norte
5. Associação de Mulheres Unidas da Serra (AMUS)
6. Associação dos Docentes da UFES (ADUFES)
7. Associação Comunitária do Quilombo Santa Luzia
8. Caxambu Santa Cruz – Cachoeiro do Itapemirim/ES
9. Cine por Elas
10. Círculo Palmarino ES
11. Centro de Estudos Bíblicos – CEBI ES
12. Coletivo Belas de São Mateus
13. Coletivo Constância D'angola São Mateus ES

14. Coletivo Conectando Mulheres
15. Coletivo de Mulheres Maria Vai Com As Outras a Luta ES
16. Coletivo de Jovens Camponesas do ES- CJC ES
17. Coletivo Dona Astrogilda - Aracruz
18. Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro ES
19. Coletivo Feminista de Guarapari Mulheres que Lutam
20. Coletivo Mães Eficientes Somos Nós
21. Coletivo Resistência Feminista
22. Comissão de Direitos Humanos da UFES
23. Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-ES)
24. CSP Conlutas ES
25. CTB-ES
26. CUT-ES
27. DCE-UFES
28. Elo Mulheres
29. FAMOPES
30. FETAES ES
31. Fórum da Luta Antimanicomial ES
32. Fórum de Mulheres do ES/Articulação de Mulheres Brasileiras
33. Fórum Nacional de Mulheres Negras - ES
34. Frente pela Legalização do Aborto (FLAES)
35. Grupo de Mulheres de Castelo Branco
36. Intersindical – Central da Classe Trabalhadora
37. Instituto Casa Lilás
38. Instituto Elimu “Prof. Cleber Maciel”
39. Instituto de Fortalecimento e Empoderamento da População Negra + Diversidade.BR
40. Instituto IDESBRE
41. Levante Popular da Juventude ES
42. Mandato Deputada Estadual Camila Valadão
43. Mandato Deputada Estadual Iriny Lopes
44. Mandato Deputada Federal Jack Rocha
45. Mandato Vereadora Rhayrane – Aracruz
46. Marcha Mundial de Mulheres ES
47. Movimento de Mulheres Camponesas ES
48. Movimento de Mulheres Negras de Colatina e Região - Zacimba Gaba
49. Movimento de Mulheres Olga Benário
50. Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB-ES)
51. Movimento dos Pequenos Agricultores do ES (MPA-ES)
52. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST-ES)
53. Movimento Nacional das Cidadãs Positivas (MNCP ES)/ ICW Brasil
- Comunidade Internacional de Mulheres Vivendo com HIV e AIDS
54. Movimento Policiais Antifascismo ES
55. Mvúka Coletivo
56. NUPEGES

57. PC do B ES
58. PCB ES
59. PSOL ES
60. PSTU ES
61. PT ES
62. REDE SUSTENTABILIDADE ES
63. Sinasefe Ifes
64. Sindibancários ES
65. Sindcomerciarior ES
66. Sindipúblicos ES
67. Sindiupes ES
68. Sindlimpe ES
69. Sindipetro ES
70. Sindprev ES
71. Sindsaúde ES
72. Sintect ES
73. Sintufes
74. Sindicato dos Psicólogos ES
75. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracruz
76. SISPMC Colatina ES
77. UNEGRO ES
78. União Brasileira De Mulheres (UBM-ES)
79. UNIDADE POPULAR ES

## Manifesto | 8 de março 2024

